

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

A IMPORTÂNCIA DO ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NA PROTEÇÃO E
PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO JUVENIL

VERA LUCIA MACHADO LUCIANETTI

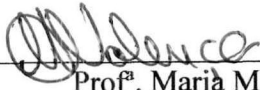
FLORIANÓPOLIS

2004/2

VERA LUCIA MACHADO LUCIANETTI

O PROTAGONISMO COMUNITÁRIO NA PROTEÇÃO E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA
E AO ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL.

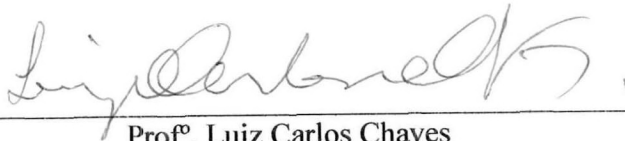
Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para a
obtenção do Título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço
Social, do Centro Sócio - Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.



Prof.ª. Maria Manoela C. Valença
Orientadora



Prof.ª. Catarina Maria Schmickler
1ª Examinadora



Prof.º. Luiz Carlos Chaves
2º Examinador

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 08 / 12 / 04

Florianópolis, 08 de dezembro de 2004


Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

VERA LUCIA MACHADO LUCIANETTI

A IMPORTÂNCIA DO ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NA PROTEÇÃO E
PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso - TCC - DSS 5330, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Professora orientadora: Maria Manoela Valença.

FLORIANÓPOLIS
2004

Dedico este trabalho ao meu neto ou neta,que está sendo esperado com muito amor,
Com quem recordarei todas as alegrias vividas nesta etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

No momento em que termino esta etapa de minha vida se fazem necessários alguns agradecimentos.

Em primeiro lugar a Deus, que sempre esteve e está presente em minha vida e sem o qual não poderia ter tornado realidade cada sonho que acalentei em meu coração, entre eles esta graduação.

Ao meu marido Paulino, que faz da minha vida uma imensa alegria e uma intensa felicidade. Obrigado pela paciência, incentivo, compreensão e muito amor nestes trinta e dois anos de caminhada.

Ao meu filho Ricardo, que foi meu grande incentivador no alcance deste objetivo, já a partir do vestibular e durante todo o curso.

Aos meus filhos Rodrigo e sua esposa Francini, Flávia e seu marido Ricardo e à D. Rosa, minha sogra pelo apoio, cumplicidade e ânimo. Enfim a toda a minha família, por ser o porto seguro em todas as minhas necessidades.

À todos os amigos, especialmente aos irmãos do Grupo Nossa Senhora do Carmo, pelo incentivo, compreensão e pela grande alegria compartilhada nestes vinte e dois anos de caminhada.

Aos colegas que sempre me deram um carinho imenso, e pelos ensinamentos que somente a idade deles me poderia dar. Obrigada por terem permitido que eu me sentisse meio mãe, meio irmã mais velha de cada um de vocês. Vanessa, “as Fernandas”, Dani, Rosangela e Edenisi, vocês ocuparam um lugar insubstituível em meu coração e agradeço a Deus tê-las conhecido.

À Edenisi, o meu carinho especial, pois foi sempre a minha incentivadora, amiga de todos os momentos que sempre me fez acreditar na minha capacidade em buscar as minhas realizações.

Aos amigos que fiz durante o estágio no Projeto Clarear sentinela que me mostraram o quanto é importante para os profissionais do Serviço Social se sentirem úteis, especialmente na garantia dos direitos da criança e do adolescente e das suas famílias.

Aos técnicos, Esmerita pelo apoio, carinho e atenção, Padilha meu grande incentivador no Projeto de Intervenção e Neylen por me mostrar como é importante o amor

e o compromisso com a profissão. Enfim, a todos os profissionais e funcionários, o meu agradecimento pelo imenso carinho recebido de todos.

Aos professores que me deram aquilo que fui buscar: a certeza de um mundo melhor. O meu agradecimento especial a Prof^a Maria Manoela, pela sua paciência e consideração.

À Gisele, há tão pouco tempo em minha vida e já tão presente na realização dos meus sonhos.

Obrigado a todos vocês meus amigos, que para mim são iguais ao Sol, não precisamos vê-lo todos os dias para saber que ele existe.

“Nós vos pedimos com insistência;
Não digam nunca: Isso é natural!
Diante dos acontecimentos de cada dia,
Numa época em que reina a confusão,
Em que corre sangue,
Em que o arbitrário tem força de lei,
Em que a humanidade se desumaniza.
Não digam nunca,
Isso é natural!
Para que nada passe a ser imutável”.

Bertold Brecht

RESUMO

LUCIANETTI, Vera Lucia Machado. **A importância do envolvimento comunitário na proteção e prevenção à violência sexual.** 2004. Número de folhas (64f.). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

Este trabalho tem como pano de fundo a perspectiva do trabalho em redes com o envolvimento comunitário, para que se estabeleça a parceria da comunidade com a instituição visando a proteção e a prevenção contra a violência sexual infanto-juvenil. As reflexões aqui contidas, feitas pela autora durante o estágio obrigatório realizado na sétima fase do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina no Projeto Clarear Sentinela da Prefeitura Municipal de Palhoça, no Estado de Santa Catarina, oferecem algumas propostas de trabalho em redes, utilizando-se da participação da comunidade para, junto com a instituição, buscar soluções práticas no sentido de proteger e prevenir as violências sexuais contra crianças e adolescentes. É um tema importante para o Serviço Social, pois é bastante atual e polêmico, já que atinge muitas vidas e está presente direta ou indiretamente nas demandas que chegam as mãos do Assistente Social. Envolve crianças e adolescentes que muitas vezes ajudados pela própria família tentam esconder as situações de violência por constrangimento, o que vem trazer na maioria dos casos comprometimentos físicos e psicológicos. Os direitos das crianças e adolescentes, historicamente pessoas sem valor e sem direitos no Brasil, são ainda contestados pela sociedade, o que se traduz na resistência que ainda se faz em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, quando o que se espera é que os direitos humanos e as regras de convivência social e familiar sejam respeitados e assegurados a quem de direito. Por isso é importante que os vínculos já existentes entre os atores sociais que convivem comunitariamente sejam aproveitados para buscar a diminuição deste fenômeno, tão presente em nossa sociedade.

Palavras-chave: trabalho em redes, direitos, comunidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	10
CAPÍTULO I: A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES --	13
1.1 Violência: conceitos básicos -----	13
1.2 Agressividade e violência: enfoque psicológico -----	14
1.3 As interfaces da violência -----	16
1.3.1 A violência na família -----	16
1.3.2 A violência nas ruas -----	18
1.3.3 A violência nas instituições educacionais -----	19
1.4 A violência sexual infanto juvenil -----	20
1.4.1 As conseqüências físicas -----	22
1.4.2 As conseqüências psicológicas -----	23
1.4.3 A violência sexual e a legislação brasileira -----	24
CAPÍTULO II: O PROJETO SENTINELA: UM MARCO NACIONAL NO	
COMBATE À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO JUVENIL -----	27
2.1 O Programa Sentinela: contextualização -----	27
2.2 A Instituição -----	30
2.3 O Projeto Clarear Sentinela: espaço de proteção e prevenção à violência sexual	
infanto-juvenil no Município de Palhoça -----	32
2.3.1 O trabalho interdisciplinar -----	34
2.3.2 A intervenção do Serviço Social -----	37

CAPÍTULO III: A COMUNIDADE COMO PARCEIRA DA INSTITUIÇÃO	
NA PROTEÇÃO E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL -----	41
3.1 A perspectiva da organização comunitária -----	41
3.1.1 As organizações comunitárias: breve histórico -----	42
3.1.2 O Bairro Frei Damião: contextualização histórica -----	45
3.1.3 Entidades e lideranças comunitárias: reconhecimento -----	47
3.2 A comunidade como rede de proteção e prevenção -----	49
3.2.1 O planejamento da intervenção: conhecendo a realidade -----	50
3.2.2 A superação dos obstáculos: reconstruindo a realidade -----	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	57
REFERÊNCIAS -----	62

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como tema o abuso sexual sofrido por crianças e adolescentes e traz como argumento central o envolvimento comunitário na proteção e prevenção deste fenômeno.

A fragilidade e a burocracia que se apresenta na instituição pública mostraram, durante o estágio realizado na sétima fase do Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, que a participação efetiva da comunidade, através de suas entidades e lideranças pode fazer com que a rede de proteção que se pretende tecer, seja ampliada.

O objetivo estabelecido foi obter dados sobre os espaços de atendimento, assim como das possíveis lideranças com as quais o Projeto Clarear Sentinela, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Palhoça, possa articular-se, visando o planejamento e a execução de ações preventivas de proteção e atendimento às vítimas de violência sexual, nos bairros mais atingidos por esta violência no município.

Deste modo, este trabalho está baseado nos acompanhamentos que foram feitos pela autora às vítimas do abuso sexual que são atendidas pelo Projeto Clarear Sentinela e tem como objetivo mostrar o quanto a parceria com a comunidade pode significar, para a proteção e a prevenção à violência sexual infanto-juvenil.

Através dos Estudos de Casos realizados pela equipe interdisciplinar na instituição, ficou evidente a grande reincidência dos casos de violência sexual, especialmente as perpetradas por pais, irmãos, padrastos ou por alguém muito próximo a vítima.

Por isso, faz-se necessário ampliar as bases de intervenção para se possibilitar uma maior sustentação aos objetivos do Projeto, que são a prevenção e a proteção das famílias vitimizadas. Acredita-se que a melhor forma de se fazer isto é através de um maior

comprometimento das lideranças e das instituições comunitárias para que venham a formar uma rede de proteção para combater a violência sexual.

A partir da revisão da literatura, realizada para desenvolver este trabalho, percebemos que o comprometimento da comunidade nas situações por ela vividas faz com que as soluções possam surgir de uma maneira mais efetiva, através das instituições e associações de bairros que buscam a realização de suas necessidades, com a participação das lideranças comunitárias.

Este estágio trouxe elementos para a reflexão acerca de como a comunidade pode ajudar sendo parceira na proteção às vítimas e às suas famílias, bem como na prevenção a este fenômeno que em sua essência atinge especialmente crianças e adolescentes, independente de classes sociais, porém nosso estudo aborda os casos de camadas mais pobres, em famílias localizadas no município de Palhoça no bairro Frei Damião.

Este trabalho como proposta de intervenção, para a proteção e prevenção ao abuso sexual, foi estruturado na forma que se segue:

a) no primeiro capítulo, a violência vem contextualizada em definições de alguns autores apresentados durante a graduação e com considerações sobre a violência vivida nas famílias, nas ruas, nas escolas, dando ênfase à violência sexual sofrida por crianças e adolescentes. Neste capítulo procurou-se focar as conseqüências físicas e psicológicas que são vivenciados pelas vítimas. Foram feitas algumas considerações sobre a violência sexual e a legislação brasileira;

b) no segundo capítulo, apresenta-se uma visão do que é o “Projeto Sentinela”, criado no âmbito federal e que se expande pelo país buscando o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil, e se contemplou também o “Projeto Clarear Sentinela”, como um espaço de direitos e de proteção às vítimas e às suas famílias do Município de Palhoça, situando-o na instituição;

c) o terceiro capítulo traz um estudo sobre a perspectiva da organização comunitária, como parceira na proteção e prevenção ao abuso sexual. O reconhecimento das lideranças comunitárias bem como dos espaços institucionais de que dispõe, mostram que a ousadia em buscar estas parcerias pode trazer um excelente resultado.

Conhecendo a realidade em que vivem estas crianças e adolescentes, se pode planejar as intervenções necessárias para que os objetivos sejam alcançados, superando as dificuldades e buscando a mudança destas realidades que trazem tanto sofrimento às famílias atingidas.

A participação comunitária necessita ser consciente, crítica, organizada, solidária e eficiente, pois sendo assim as lideranças comunitárias poderão ser os canais de comunicação e informação que agindo de forma organizada possibilitarão à população contribuir para a elaboração de planos e projetos para que se tomem decisões que possam levar às ações pretendidas, no combate ao abuso sexual infanto-juvenil.

CAPÍTULO I: A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

1.1 Violência: conceitos básicos

A palavra violência se origina do latim, “violentia”, que tem como significado, ato de força, constrangimento físico ou moral, acrescentando-se a isto a coação ou coerção psicológica.

Stoppino (1986 apud Bobbio 1996, p.11) traz o tema violência com a seguinte definição: “por violência entende-se a intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo (ou até contra si mesmo). Além disso, a intervenção física, na qual a violência consiste, tem por finalidade destruir, ofender e coagir”.

Já para Guerra (2001, p. 31), a violência é:

(...) uma forma de relação social, inexoravelmente atada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência (...) seu resultado mais visível é a conversão de sujeitos em objetos, a sua coisificação. A violência é simultaneamente a negação de valores considerados universais: a liberdade, a igualdade e a vida. É uma permanente ameaça à vida pela constante alusão à morte, ao fim, a surpresa e a anulação.

A autora diz que não é apenas a violência física como tal, que pode expressá-la, mas é também a organização social, que pode definir a violência.

Percebe-se então que a violência estrutural pode ser tão ou mais cruel e com um enorme poder de destruição maior que a violência física ou pessoal. A falta de acesso às necessidades básicas, faz com que surjam conflitos e desavenças no ambiente familiar trazendo danos enormes na vida de seus componentes. As insatisfações provenientes destas limitações fazem eclodir no seio das famílias a violência.

A conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade nas relações entre o superior e o inferior (...) ação que trata o ser humano, não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, sobrevêm à violência. (CHAUI, 1991, p. 60).

A violência então se constitui em uma transgressão aos direitos humanos, e como tal é passível de punição. A violência pode ser vivenciada nas diversas relações sociais que perpassam pela vida do ser humano, e sobre este aspecto trataremos no próximo item.

1.2 A agressividade¹ e a violência: enfoque psicológico

O homem é um ser consciente que se relaciona; que é irrepetível na sua individualidade e que é dotado de inteligência, vontade, liberdade e personalidade. Portanto o seu comportamento, diante das situações enfrentadas em seu cotidiano, é um impulso que pode se voltar para fora ou para dentro de si mesmo. A vida psíquica do indivíduo enquanto parte do binômio amor ou ódio, podem determinar este comportamento.

A educação e a tradição têm buscado o controle deste comportamento. Sendo assim, desde criança o ser humano é ensinado a reprimir e não expressar de modo descontrolado a sua agressividade, buscando canalizar estes impulsos para produzir ações positivas, como por exemplo, na área intelectual, artística, esportiva etc.

Apesar da psicanálise dizer que a agressividade é inerente ao ser humano, pensamos que a cultura e a vida social podem ser reguladoras dos impulsos ditos “destrutivos”. Este controle ocorre no processo de socialização, no qual os vínculos significativos que são estabelecidos com outros indivíduos podem trazer o controle desta agressividade canalizando-a para realizações positivas.

Pensando assim, coloca-se em questão se a sociedade está conseguindo ou não criar condições favoráveis para a canalização desses impulsos e para a não manifestação da violência,

¹ A agressividade é um instinto que pode coexistir perfeitamente com a possibilidade do homem desejar a paz, e com a possibilidade do homem empregar a violência. (Costa, 1999, p.27).

pois, a violência é o uso desejado da agressividade para fins violentos e destrutivos. Desejo que pode ser manifestado de forma voluntária racional e consciente ou involuntária irracional e inconsciente.

A agressividade pode estar na constituição da violência, mas não é o único fator que a explica. Observa-se que a organização social estimula, legitima e mantém diferentes formas de violência. Esta manutenção ocorre quando se conservam milhões de cidadãos em condições sub-humanas de existência, quando se pode indagar como é possível viver com o salário mínimo e com a falta de políticas públicas. Estas situações vividas pelas camadas sociais mais pobres, acabam por desencadear ou determinar a prática de delitos associados à sobrevivência, como roubar para comer e a prostituição precoce de crianças e adolescentes.

A violência também se faz presente quando as condições de vida social não são propícias ao desenvolvimento e realização pessoal, levando o indivíduo a procurar nas drogas um processo de autodestruição.

Costa (1999, p.82), afirma que violência pode ser entendida como: “a situação em que o indivíduo foi submetido a uma coerção e a um desprazer absolutamente desnecessários ao crescimento, desenvolvimento e manutenção do seu bem estar, enquanto ser psíquico”.

Isso significa que é necessário deixar de considerar como violência, exclusivamente a prática de delitos ou a criminalidade. Esta associação, sempre feita pelos meios de comunicação de massa (rádio, televisão, jornais etc.), terminam por ser reproduzidas pela sociedade, no sentido de deixar de lado a violência, que se vê diluída no seu cotidiano, e com a qual acaba por se acostumar.

Constata-se então que se vive um momento da história em que o pacto social foi rompido (o direito ao trabalho, por exemplo), e que este rompimento faz com que a agressividade do ser humano apareça de forma avassaladora. A deteriorização dos valores básicos e

agregadores da coletividade como a solidariedade, a justiça, a dignidade, traz a tona a banalização do mal, a impunidade e a descrença no mecanismo regulador da convivência social (o sistema de justiça), e o fracasso do Estado em garantir a segurança e os direitos do cidadão.

Assim a naturalização da violência não nos deixa vê-la ou descobri-la nas suas mais diferentes, sutis e grosseiras expressões vividas no cotidiano da sociedade.

As diversas modalidades da violência se encontram no interior da família, no trabalho, na escola, nas ruas, na violência policial, nos atendimentos precários à saúde, nas condições de miserabilidade das habitações. Estas são situações que mostram que nos tempos modernos, a violência invadiu todas as áreas da vida de relações dos indivíduos, ou seja, relação com o mundo das pessoas, com seu corpo e com a sua mente. (COSTA, 1999, p.90).

Alguns dos espaços de convivência comunitária são contemplados no item e sub-itens que se seguem nos quais discorreremos sobre algumas das interfaces da violência.

1.3 As interfaces da violência

1.3.1 A violência na família

Mesmo com as profundas transformações na estrutura e dinâmica da família, há ainda a prevalência em nossa sociedade, de um modelo de família alicerçada na autoridade paterna, ficando assim submissos a esta autoridade, a mulher e os filhos. Essa autoridade aparece como protetora da família, mas acaba muitas vezes sendo repressora às aspirações de seus membros, e normalmente, cria a violência intrafamiliar.

No interior da família, lugar considerado de cuidado e proteção, existe muitas formas de violência além da física e psicológica, a negligência ou a violência sexual, são situações que comprometem o desenvolvimento saudável da criança e do adolescente.

Como primeira violência que pode aparecer no seio da família é a falta do afeto aos membros da família, especialmente às crianças, que dependem deste afeto para a sua sobrevivência psíquica, assim como dependem de cuidados e de alimentação para a sua sobrevivência física. Sobre isso Saffioti (1995, p.33) afirma:

(...) laços de consangüinidade não asseguram o amor. Há momentos em que outros sentimentos o esmagam no seio da família. Mais uma vez não se pode imputar responsabilidades a fatores de natureza individual, porquanto a sociedade fornece o caldo da cultura propício ao desenvolvimento do desamor.

A imagem muitas vezes falsa que se tenta passar, de proteção pelas figuras paternas (pai e mãe), comumente se torna justificativa para a prática de violência contra os membros da família, como castigos físicos e psicológicos e até mesmo o abuso sexual. Estas práticas freqüentemente são perpetradas tanto pelo pai como pela mãe ou outros membros da família. A violência crescente no seio da família, tanto em relação à mulher como em relação às crianças e adolescentes, é um dado que chama cada vez mais a atenção de pesquisadores e autoridades na área. É grande o número de crianças que são abusadas pelos pais, espancadas e até mesmo assassinadas.

Conforme já citamos, esse não é um fenômeno apenas das classes que vivem na pobreza, mas perpassa todas as classes sociais, e na maioria das vezes isso não é entendido como violência, mas sim como se os pais, tivessem direitos a essas práticas.

Sobre isto, Saffioti (1995, p.38) explicita que:

no que tange aos maus tratos, à negligência e aos abusos, sobretudo quando tais ocorrências tem lugar no seio da família, o agente agressor situa-se em todas as classes sociais vitimizando não apenas crianças e adolescentes pobres, mas também crianças de classe média e rica.

Saffioti (1995, p.46) afirma que “o pequeno ou grande poder permeia todas as relações sociais, deteriorando-as”.

O fenômeno da violência intrafamiliar traz em seu bojo, a cultura machista que ainda permeia a sociedade, dando ao homem poder de mando sobre os destinos dos seus familiares, o que frequentemente traz como consequência o grande número de crianças que deixam as suas casas, buscando encontrar nas ruas a liberdade para escolher o seu próprio caminho. Buscam muitas vezes a compreensão e o entendimento de necessidades, que não foram encontrados na família.

Um lar em que predomine o equilíbrio, a justiça, a igualdade de tratamento, a harmonia e o respeito entre os cônjuges e entre pais e filhos, além da disponibilidade de tempo para ouvir com atenção, carinho, sem animosidade uns aos outros, é a mais poderosa arma para o desenvolvimento harmonioso da personalidade. Por outro lado, uma família em que a tônica é a raiva, a desarmonia, a falta de compreensão, de amor, de respeito e afeto, além da falta de interesse e tempo para ouvir, ver e entender os filhos pode ser um grave fator de desagregação e de desequilíbrio. (ZAGURY, 1996, p.279).

Portanto, crianças e adolescentes que escolhem viver as suas vidas afastadas de suas famílias, comumente o fazem por não encontrarem em seus familiares quem os escute, compreenda e incentive os seus sonhos.

A violência nas famílias traz como consequência a continuidade do processo, levando para outras instâncias de convivência humana as mesmas situações de violência e é sobre isto que trata o próximo sub-item.

1.3.2 A violência nas ruas

Os grandes centros urbanos são os mais afetados pela violência nas ruas. A rua como espaço social de encontro e de convivência, passou a ser o espaço da insegurança e do medo, pela violência que pode vir do bandido, da própria polícia e até mesmo do cidadão comum.

As notícias veiculadas pelos meios de comunicação contam inúmeras agressões no trânsito, tiroteios com balas perdidas atingindo inocentes nas ruas, freqüentemente crianças indefesas. Estas situações causam à sociedade o medo e a insegurança, trazendo à tona a agressividade de cada membro da sociedade, utilizando-a deste modo com o intuito de se defender.

A criança de rua é comumente percebida como um agressor, um agente da violência. Isto cria um clima de insegurança que perpassa toda a população, que então, demanda por mais segurança, mais proteção policial, mais aparatos repressivos que acabam por gerar ainda mais violência.

A falta de comunicação, a carência afetiva e o abandono fazem com que muitas das crianças e dos jovens procurem nas drogas a sua afirmação, achando que elas poderão trazer a sua segurança e autoconfiança. Acreditam que com esta atitude estão desafiando os valores fundamentais de uma parte da sociedade que os rejeita, e os exclui. Procurando destruí-los, não percebem que estão buscando a sua própria destruição.

O uso das drogas, que é bastante comum entre as crianças e jovens das ruas, vem para preencher um vazio que a realidade social não preenche. A busca do afastamento do convívio com as drogas passa então pela retirada destas crianças e adolescentes das ruas, trazendo-as de volta ao convívio familiar e comunitário. Destaca-se a necessidade de união das forças da sociedade, no combate a violência, já que as situações violentas acontecem no convívio social, como se observa a seguir no sub-item que trata da violência nas escolas.

1.3.3 A violência nas instituições educacionais

A escola para as diversas camadas da população pretende ser a continuidade do processo de socialização iniciado na família. E neste sentido os valores, expectativas e práticas são semelhantes.

A violência manifesta-se na relação com os professores, que em muitas ocasiões são caracterizadas pelo autoritarismo, sem a mínima possibilidade de diálogo ou de crítica. Revela-se também na realização de práticas disciplinares que levam a sujeição do educando à sua submissão, docilidade, obediência e conformismo. A maior violência cometida pela escola é quando ela usa de seu poder para impedir crianças e adolescentes de pensar e de expressar as suas capacidades, tornando-os meros reprodutores de conhecimentos.

As crianças e adolescentes das chamadas camadas populares, são vítimas muitas vezes da violência seletiva, por não possuírem o conhecimento esperado pela escola. Estas crianças, muitas vezes pela necessidade de trabalhar precocemente para ajudar no orçamento familiar ou até mesmo para a sua própria sobrevivência, são desvalorizadas e desconsideradas no processo educativo. A incapacidade que lhes é atribuída passa a ser internalizada e eles passam a se sentirem realmente incapazes.

Esta experiência de fracasso escolar é muito marcante na construção da identidade destes jovens, levando-os muitas vezes a optar por reproduzir a violência sofrida. Sendo a escola um espaço de convivência comunitária, deve servir sempre como um espaço agregador dos que nela convivem. A violência que perpassa os diversos espaços de convivência social e comunitária faz com que apareça cada vez mais a violência sexual infanto-juvenil, item que será abordado abaixo.

1.4 A violência sexual infanto-juvenil

Para um dos autores mais preocupados com o fim da violência sexual, autor de diversas publicações sobre o assunto, Vicente de Paula Faleiros (2001, p.20):

A violência sexual contra crianças e adolescentes é ética, cultural e socialmente, uma violação de direitos humanos universais, de regras sociais e familiares das sociedades em que ocorre. É portanto, uma ultrapassagem dos limites humanos, legais, culturais sociais, físicos e psicológicos.. Trata-se de uma transgressão e neste sentido é um crime, ou seja é o uso delituoso, delinqüente, criminoso e inumano da sexualidade da criança e do adolescente.

A mais importante política de enfrentamento à violência sexual é através da prevenção, e para isto é necessário que o Estado e a Sociedade Civil se articulem a fim de que as ações conjuntas se efetivem e possam trazer a garantia dos direitos para crianças e adolescentes, que apesar de contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda não se consolidaram, devido à existência de muita resistência.

A nossa sociedade ainda é bastante tolerante com esta problemática social, já que ainda são poucas as famílias e as escolas preocupadas com a educação sexual. Sendo assim as ações de prevenção adotadas devem ter o apoio da opinião pública, dos meios de comunicação, enfim dos diversos segmentos da sociedade, para que aconteçam as mudanças de valores e que a educação sexual faça parte da educação integral de toda a população.

Cabe ainda pontuar que conforme a Apostila do Curso de Capacitação para Conselhos Tutelares e de Direitos de Santa Catarina, “Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes”, ministrado pelo Centro Crescer sem Violência² a violência sexual é praticada na maioria das vezes no ambiente intrafamiliar, o que a torna extremamente cruel já que é no seio da família que se espera a proteção e o carinho. A violência sexual é capaz de atingir muito além do

² O Centro denominado Crescer sem Violência, é uma organização não governamental, que reúne profissionais de diversas áreas do saber, com curso de especialização no LACRI-USP.

físico das vítimas, atingindo também seu universo interior, causando inúmeras conseqüências físicas e emocionais de curto, médio e longo prazo em suas vidas.

Estas conseqüências, físicas e psicológicas, serão abordadas no item que se segue.

1.4.1 As conseqüências físicas

Segundo Azevedo e Guerra, (1989, p.45):

(...) as conseqüências do abuso sexual são divididas em físicas e psicológicas. As agressões físicas decorrentes do abuso sexual podem variar desde a imobilização coercitiva até a morte da vítima, passando por graus variáveis de traumas físicos, bem como espancamentos que resultam em hematomas, contusões e fraturas, acarretando também à vítima, escoriações, asfíxias e traumas neurológicos decorrentes de pancadas na cabeça.

As conseqüências podem então ser variadas, passando pelas lesões físicas gerais que são os hematomas, as contusões, as fraturas, as queimaduras de cigarro entre outras. Estes tipos de agressões podem fazer parte de um processo de intimidação, controle e domínio das vítimas ou do prazer sexual do agressor. Aparecem ainda como conseqüências físicas, as lesões genitais, onde o mais freqüente é a ruptura do saco vaginal com lesões vulvares e clitorianas. As lesões anais são também muito freqüentes, sendo a mais comum a laceração da mucosa anal.

Outra situação bastante comum é a gravidez, que por ser indesejada e traumática costuma ser cheia de problemas, cujas causas estão intimamente ligadas ao psíquico e que vem a causar também uma mortalidade e morbidade materna e fetal em número bastante elevado.

O abuso sexual pode deixar rastros e seqüelas orgânicas que dificultam ou até impedem a realização do ato sexual. Isto sem contar com as imensas possibilidades de contrair doenças sexualmente transmissíveis, tais como a gonorréia, sífilis, herpes genital e a Aids.

1.4.2 As conseqüências psicológicas

De acordo com Faleiros (1998, p. 28):

(...) as crianças e adolescentes que sofrem abuso sexual possuem: depressão descontrolada, anorexia, dificuldade nos estudos, isolamento social, problemas de concentração, problemas digestivos, fobias, ansiedades, hiperatividade, distúrbios do sono, pesadelos, sensação de estar sujo, entre outros.

A maior dificuldade enfrentada pelas vítimas do abuso sexual é sem dúvida a dificuldade de relacionar-se afetivamente, pois o sentimento de culpa por ter silenciado a situação vivida ou até por ter denunciado, freqüentemente os próprios pais ou parentes próximos, ficam sempre muito presentes. As acusações de culpa que podem vir desde a família até as próprias instituições de atendimento, responsabilizando a criança ou o adolescente pelo ocorrido, podem reforçar ainda mais este sentimento de culpa.

No 4º Encontro de Psicologia Existencialista, que aconteceu na cidade de Florianópolis, nos dias 28, 29 e 30 de outubro de 2004, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 150 profissionais das áreas: da saúde, educação, assistência social e jurídica afirmaram que a violência sexual deixa marcas pelo resto da vida em suas vítimas.

A autodesvalorização também costuma acompanhar a vida e o desenvolvimento das vítimas, já que se sentem sujas e menosprezadas pelo ocorrido, como foi relatado pela psicóloga Ana Claudia de Souza no referido encontro. Todas estas manifestações trazem as crises depressivas que são muito comuns nestes quadros.

Além disso, existem as chamadas dificuldades de adaptação nos relacionamentos, já que a agressão sofrida pode gerar um profundo sentimento de desconfiança pelo ser humano em geral. Algumas vítimas de abuso sexual fogem na idade adulta de estabelecer relações duradouras, pois a intimidade significa reavivar uma experiência traumática que as atemoriza.

Como já citamos acima, Souza apud Bastos³, (2004, p. 18) disse que “já no século passado, muitas crianças e adolescentes foram mortos por violência sexual. Durante o século vinte, em todo o mundo, as coisas não melhoraram muito. Estamos começando o terceiro milênio nas mesmas ou piores condições”.

Em outro trecho da mesma entrevista, ela afirma que “a diferença é que hoje, se tem a constatação de que esses episódios vitimam tanto meninas quanto meninos e se desdobram em complicações psicológicas para a vida adulta”.

As perturbações do sono são constantes e traduzem a angústia de ser agredido sem defesa, o despertar assustado durante a noite é muito freqüente e se manifesta na forma de pesadelos que denunciam o sofrimento psíquico das vítimas. Tudo isto pode gerar prejuízos no desenvolvimento intelectual e criativo tornando-as desinteressadas dos estudos, das brincadeiras e fechadas em si mesmas, denotando-se comportamentos inadequados que acabam por denunciar que alguma coisa está ocorrendo em suas vidas.

Finalizando, torna-se evidente que todas estas conseqüências poderão ser diminuídas se a criança e o adolescente puderem contar com uma políticas públicas que possam ajudá-los a buscar o resgate de sua auto-estima.

A seguir, selecionou-se dentre as leis do país, algumas que trazem assegurados os direitos da criança e do adolescente.

1.4.3 A violência sexual e a legislação brasileira

³ Fonte: BASTOS, Ângela. Violência sexual deixa marca pelo resto da vida. **Diário Catarinense**. Florianópolis, ano XIX, n. 6773, 30 out. 2004. Geral, p. 18.

A proteção da criança e do adolescente contra qualquer forma de maus tratos foi assegurada no Artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil (2004, p. 91), em 1988, sendo importante destacar:

É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Ainda na Constituição (2004, p. 92), neste mesmo artigo, o parágrafo 4º traz o seguinte: “A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”.

Com a discussão que este artigo causou na sociedade, o debate sobre os direitos e deveres da infância e da adolescência fez surgir e ser aprovada pelo Congresso Nacional, a Lei 8.069, de treze de julho de 1990, que traz então o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. São 267 artigos, dos quais alguns merecem destaque por ter relação com o trabalho aqui apresentado. Assim sendo, o Estatuto da Criança e do adolescente (1991, p. 7, 10, 33) determina:

Art. 1 - Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 5 - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 18 – É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Art. 130 – Verificada a hipótese de maus tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.

A Lei 8.069, também privilegia os Conselhos Tutelares como espaços de defesa das crianças e adolescentes. É um órgão público, não jurisdicional criado para defender os direitos da

criança e do adolescente, onde os conselheiros são eleitos por entidades representativas da comunidade e atuam de forma integrada na aplicação das medidas de proteção como previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ao Conselho Tutelar cabe então realizar os encaminhamentos necessários para que se façam os atendimentos específicos.

Também se torna necessário aproximar desta discussão, alguns aspectos do Código Penal (1940, p.201), que em alguns de seus artigos, prevê alguns pontos relevantes a serem citados neste trabalho:

Art. 214 – Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal. A vítima pode ser homem ou mulher. A pena prevista é de seis a dez anos.

Art. 217 – Seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de catorze anos e, ter com ela conjunção carnal aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança.. A pena prevista é de quatro anos.

Através destas leis anteriormente mencionadas, a criança e o adolescente deve ter assegurado a proteção para que possam ter um crescimento sadio em um ambiente em que sejam respeitadas e tenham a possibilidade de viver com dignidade, como cidadãos de direito.

No próximo capítulo se observará como a participação comunitária pode ajudar a tecer uma rede de proteção para que se possa criar para crianças e adolescentes um ambiente propício para o seu desenvolvimento.

CAPÍTULO II: O PROJETO SENTINELA: UM MARCO NACIONAL NA PROTEÇÃO E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO JUVENIL

2.1 O Projeto Sentinela: contextualização

No Brasil, a luta pelos direitos e pela proteção das crianças e dos adolescentes vem crescendo e se tornou mais combativa quando da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em julho de 1990, com a lei nº 8.069. Esta lei veio trazer as discussões necessárias para que se planejassem ações efetivas e articuladas que trouxessem às crianças e aos adolescentes a garantia de seus direitos à liberdade, à dignidade, ao respeito e à cidadania.

No ano 2000 é criado e implantado o Programa de Erradicação à Violência e Exploração Sexual - PEVES, que começou a se estender por diversos municípios do país. Em junho de 2001 realizou-se em Natal, o 1º Encontro Nacional do Plano de Enfrentamento da Exploração Sexual Infanto-Juvenil, momento em que se pôde discutir o avanço da prática do abuso e da exploração sexual em nosso país.

O objetivo deste encontro foi garantir a defesa dos direitos da criança e do adolescente, priorizando o atendimento, o resgate e a proteção às vítimas de violência doméstica, em especial às vitimas de abuso e exploração sexual.

O Programa foi implantado pelo Governo Federal, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1998-2002), que desejava com este Plano estabelecer no país uma agenda política e social que pudesse enfrentar esta questão. A coordenação ficou a cargo do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, através da Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS, com a contra partida das Prefeituras Municipais.

Com a reestruturação do PEVES e mantendo os seus objetivos, o programa passou a se chamar Projeto Sentinela, e busca desenvolver ações articuladas com os municípios para a prevenção, o atendimento e o acompanhamento às crianças e aos adolescentes vítimas de violência doméstica bem como a acompanhamento às suas famílias.

O Projeto Sentinela idealizado pelo Governo Federal foi então assumido pelas Prefeituras Municipais com a fiscalização e monitoramento dos Governos Estaduais.

O Projeto Sentinela está fundamentado nas deliberações da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, no eixo de atendimento, bem como, de estudos, pesquisas e experiências, desenvolvidas por diversos setores públicos e privados, os quais, por meio da doutrina e da vivência buscam desvendar e principalmente erradicar o fenômeno social do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes no país.

O Projeto Sentinela procura respaldar o seu atendimento, nos três eixos contidos na Política de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estatuto da Criança e do Adolescente, que são a prevenção, que tem como objetivo vislumbrar a incidência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente face às denúncias; o atendimento que objetiva através de ações governamentais e não governamentais articuladas buscar a inclusão da criança e do adolescente na rede pública e privada prestadora de serviços; e a defesa que visando as medidas de proteção em função da lei, bem como a proteção jurídico-social da vítima.

O Projeto Sentinela tem ainda como finalidade, inserir as crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual, nos programas e projetos dos municípios conveniados, com o fim último de integrá-los à vida familiar, social e comunitária.

A violência sexual contra crianças e adolescentes se constitui em um fenômeno complexo, cuja compreensão deve ser situada no contexto histórico, econômico, político e social

que configuram a estrutura da sociedade brasileira, estabelecendo seus valores e suas relações de gênero, de raça e de poder.

Por isso trouxemos como conceito para abuso sexual:

(...) é todo o ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular a criança sexualmente ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa. (AZEVEDO; GUERRA, 2000, p. 77).

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - preconiza que também por parte do Estado devem acontecer ações efetivas e articuladas nos diferentes níveis da esfera pública que venham garantir às crianças e aos adolescentes o direito à liberdade, à dignidade e ao respeito, enfim que sejam tratados como cidadãos. Este cuidado também é extensivo aos membros da comunidade como um todo na medida em que o ECA (1991, p. 10), diz em seu Artigo 18 que “é dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”.

O Projeto Sentinela, tendo presente esta orientação, visa à efetivação de ações de suporte, prevenção, orientação, encaminhamento e apoio às famílias com níveis importantes de dificuldades sociais, relacionais e existenciais na perspectiva de fortalecer estas famílias como geradoras de proteção a seus membros.

No Estado de Santa Catarina, dentro da Secretaria de Estado da Família, durante o Governo Esperidião Amim (1988- 2002), o Programa foi implantado em diversos municípios, entre eles, o Município de Palhoça⁴.

⁴ Outros municípios da grande Florianópolis que contam com o Projeto Sentinela: Florianópolis, São José, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Angelina, Rancho Queimado, Anitápolis, São Pedro de Alcântara (Região Metropolitana de Florianópolis).

2.2 A Instituição⁵

A sede da Prefeitura Municipal de Palhoça está localizada atualmente no Loteamento Pagani, para onde foi transferida no início do mês de setembro deste ano.

O responsável pela Prefeitura Municipal de Palhoça é o Sr. Paulo Roberto Vidal, prefeito eleito pelo voto popular no ano de 2000.

A Prefeitura de Palhoça é uma instituição de caráter público sem fins lucrativos, e seus representantes legais são eleitos pela população através de voto popular no qual escolhem aqueles que os representarão em seus interesses junto ao Poder Público e tem como objetivo atender as necessidades de seus cidadãos através de vários Projetos, nas diversas Secretarias Municipais com abrangência da área urbana e da área rural. O município conta atualmente com 102.800 habitantes.

Palhoça hoje é um município turístico, com opções de lazer como praias, parques ecológicos, pousadas, morros e restaurantes. Dentre as praias, as principais são: Enseada de Brito, Guarda do Embaú, Pinheira e Praia do Sonho. Estas ainda guardam muitas das suas tradições costumes e arquitetura deixados pelos seus colonizadores cuja formação étnica é composta basicamente por povos de origem portuguesa, açoriana, italiana e alemã.

Outro aspecto marcante de Palhoça é o seu artesanato, já que é bastante diversificado, destacando-se entre eles o artesanato indígena. No município ainda existem engenhos e alambiques que produzem artesanalmente a farinha e a cachaça.

A partir dos anos 1980, com o aumento do êxodo populacional das áreas rurais e com a aceleração da urbanização e industrialização dos municípios próximos à Florianópolis,

⁵ Prefeitura Municipal de Palhoça – Estado de Santa Catarina (Região Metropolitana de Florianópolis).

expandindo suas atividades nos setores secundários e terciários, começaram a aparecer os fluxos migratórios em Palhoça, formados em sua maioria, de mão-de-obra desqualificada e com baixo poder aquisitivo.

Atualmente este processo somado aos altos preços dos terrenos dotados de infraestrutura, bem como a falta de áreas livres destinadas ao assentamento da população de baixa renda, tende a levar estas famílias a residirem na periferia do município, sem as mínimas condições de moradia.

No ano de 2000 foram agregadas em uma área do município de Palhoça, mais de 1.000 famílias, hoje aproximadamente 3.000 famílias, morando em condições bastante precárias e sem a menor infra-estrutura, nem mesmo a básica. Esta comunidade conhecida como Frei Damião, pertencia ao município de São José, e através de legislação estadual passou a fazer parte do município de Palhoça.

É neste bairro que iniciou o Projeto de Intervenção intitulado “O Protagonismo Comunitário na Proteção e Prevenção à Violência Sexual Infanto-Juvenil”, que será explicitado no terceiro capítulo deste trabalho.

A Prefeitura de Palhoça estrutura-se em sete secretarias para atender as necessidades de sua população. São elas: Secretaria do Governo; Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Pesca; Secretaria da Administração Financeira; Secretaria da Infra Estrutura e Meio Ambiente; Secretaria da Saúde e do Desenvolvimento Social.

A Secretaria de Saúde e do Desenvolvimento Social tem como objetivo promover a qualidade de vida da população através de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com especial atenção à estimulação e participação social.

É nesta secretaria, que está vinculada a Diretoria do Desenvolvimento Social e é na Gerência de Programas Sociais que se desenvolve o Projeto “Clarear Sentinela”.

O Município de Palhoça conta hoje com alguns programas direcionados a Criança e ao Adolescente, que são os seguintes: Programa Sócio Educativo de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço Social; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Programa de Ação Continuada; Programa Abrigo – Casas Lares; Programa de Assistência Emergencial - Plantão Social; Programa De Benefícios Eventuais / Auxílio Funeral; Programa Oxigenoterapia; Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar; e Programa Clarear Sentinela.

O item que se segue vai explicitar o trabalho desenvolvido pela equipe de técnicos do Projeto Clarear Sentinela na Prefeitura Municipal de Palhoça, onde a autora deste trabalho cumpriu estágio curricular.

2.3 O Projeto Clarear Sentinela: espaço de proteção e prevenção à violência sexual infanto-juvenil no Município de Palhoça

No Município de Palhoça, o Projeto recebe o nome de “Clarear Sentinela” e tem sua sede localizada à Rua Coronel Belarmino Machado nº 181, Centro.

Segundo a Prefeitura Municipal de Palhoça⁶ que elaborou, através de seus técnicos, o Projeto Clarear Sentinela com os objetivos que se seguem:

a) Objetivo geral: oferecer apoio, acompanhamento e atendimento psicossocial às famílias vítimas de violência sexual infanto-juvenil, encaminhadas pelo Conselho Tutelar, bem como atuar na prevenção de novos casos.

⁶ Fonte: Prefeitura Municipal de Palhoça, disponível em: <http://www.palhoça.sc.gov.br/secretarias/saúde_programas/programa_oo4.htm>. Acesso em 21 nov, 2004.

b) **Objetivos específicos:** garantir às famílias atendidas pelo programa: assistência social básica; atendimento psicológico; atendimento pedagógico; atendimento psicossocial e espaços para reflexão em grupo; articular ações que visem encaminhamentos e orientações de acordo com a necessidade de cada caso; sensibilizar e mobilizar a comunidade sobre a importância da notificação dos casos de violência sexual infanto-juvenil; capacitar os profissionais que atuam na área da infância e juventude no Município de Palhoça.

Para que estes objetivos sejam alcançados, os técnicos oferecem apoio continuado às crianças e aos adolescentes explorados sexualmente, como o atendimento bem como o acompanhamento à dinâmica familiar, à vida escolar e o apoio psicossocial. Em 30/07/2004 o Programa registrava um número de 104 prontuários, sendo que o atendimento extensivo às famílias, atinge aproximadamente 180 pessoas. A maioria dos casos é encaminhada pelo Conselho Tutelar do Município.

O Projeto Clarear Sentinela visa trabalhar com profissionais diversificados e em parceria com instituições governamentais e não governamentais, capazes de esclarecer, prevenir e buscar ações que ajudem a solucionar as ameaças que crianças e adolescentes, sofrem dentro e fora de suas famílias, entre elas o abuso e a exploração sexual.

As leis vigentes no país, particularmente o “Art.5º, inciso 10” da Constituição Federal do Brasil, onde diz que o ser humano deve ter assegurada a sua privacidade e a sua intimidade, a sua honra e a sua imagem, especialmente em se tratando do seu corpo e com o desenvolvimento do mesmo. Pensando nisto, o Projeto Clarear Sentinela está incluído no Programa Sentinela em parceria com a Prefeitura Municipal de Palhoça, buscando o resgate da identidade e da cidadania do ser humano fazendo prevalecer os valores sociais e culturais da família.

O Conselho Tutelar e o Juizado da Infância e da Adolescência encaminham ao Projeto Clarear Sentinela relatos das denúncias feitas sobre as famílias onde o fenômeno da violência sexual está acontecendo.

Merece destaque um fato que está muito presente nestes relatos, o de que a maioria dos casos de abuso sexual são perpetrados na casa das vítimas, exatamente o local que deveria ser um porto de guarida e de segurança. Tendo por base a Cartilha “Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes”, anteriormente citada, a quase totalidade das pessoas abusadas é de mulheres da raça branca e ao contrário do que se supõe não são estranhos e desconhecidos os que mais abusam sexualmente, mas são na maioria das vezes pessoas bem próximas das vítimas, como pais, irmãos e padrastos.

A intervenção dos técnicos do Projeto é bastante consistente e à medida que surgem novos casos, a equipe busca efetivar, de forma urgente e imediata o atendimento às vítimas e aos seus familiares buscando sempre a interdisciplinaridade, trabalho que será abordado no item que se segue.

2.3.1 O trabalho interdisciplinar⁷

O Projeto conta com o trabalho profissional de uma equipe interdisciplinar que é composta por uma Assistente Social, uma Psicóloga e um Pedagogo, contando ainda com o trabalho de três estagiários (Serviço Social, Psicologia e Direito).

O trabalho desenvolvido por estes profissionais é fundamental para a abordagem multidisciplinar⁸, pois a precária estrutura de atendimento às vítimas da violência sexual torna-se

⁷ Interdisciplinar- conjunto de princípios que defende a articulação entre saberes, teorias,, em prol de uma visão mais integrada da sociedade e do ser humano.(Fazenda,2001)

a grande seqüela desta falta de articulação da sociedade como um todo, para que este flagelo seja contido. A complexidade e a gravidade da violência sexual infanto-juvenil exige uma atenção à saúde integral por parte de todos os profissionais envolvidos.

Quando se fala em atenção à saúde, precisa-se compreender os três grandes campos de atuação estabelecidos pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde – NOB/SUS⁹ (1996, p. 2):

Da assistência (em que as atividades são dirigidas às pessoas, individual ou coletivamente, e são prestadas no âmbito ambulatorial e hospitalar, bem como em outros espaços, especialmente nos domicílios), das intervenções ambientais (incluindo as relações humanas e as condições sanitárias nos ambientes de vida e de trabalho) e o das políticas externas ao setor saúde (interferem nos determinantes sociais do processo saúde/doença das coletividades, de que fazem parte importante, as questões relativas às políticas macroeconômicas, ao emprego, à habitação, à educação, ao lazer etc.

O atendimento às vítimas de violência sexual requer dos profissionais envolvidos uma compreensão adequada dos diferentes campos de atuação, pois os casos de abuso sexual, freqüentemente implicam situações limites, com elevado risco à integridade física e psíquica dos envolvidos, exigindo intervenção em dois diferentes âmbitos sociais: o legal e o da saúde, que devem acontecer concomitantemente e em constante interação.

Para os profissionais que precisam lidar com as conseqüências o abuso sexual da criança é um pesadelo, um campo minado de complexidade e confusão, pessoalmente e profissionalmente, uma ameaça aos papéis tradicionais, um desafio às tradicionais estruturas de cooperação e uma zona de perigo de fracasso profissional. Como um problema multidisciplinar genuíno e genérico, requer a estreita cooperação de uma ampla gama de diferentes profissionais com diferentes tarefas. Como um problema legal e terapêutico, requer, por parte de todos os profissionais envolvidos, o conhecimento dos aspectos criminais e de proteção à criança, assim como dos aspectos psicológicos. (FURNISS, 1993, p. 31).

⁸ Multidisciplinar- objetiva a convergência das ciências sociais já consolidadas, para correlacioná-las nas diferentes áreas do conhecimento científico. (Fazenda,) 2001

⁹ Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde/NOB-SUS 96. Brasília: Ministério da Saúde

Muitos são os aspectos que demandam da equipe multidisciplinar atenção e reflexão: o compromisso e constante disposição de reavaliar sua postura caso a caso, despojados de seus valores e preconceitos; a criação de instrumentos de comunicação interinstitucional na garantia da segurança da criança e do adolescente, bem como de suas famílias; a implicação em questões éticas; a tomada de decisões sem ferir os direitos e desejos de seus usuários; a manutenção do sigilo sem a omissão em situações de risco e a necessidade interferência em situações que são vistas socialmente como pertencentes ao âmbito privado.

Deste modo, o campo da assistência exige uma visão singularizada de cada caso, para melhor compreensão e encaminhamento do caso específico. É imprescindível, para que se possam tratar as seqüelas e restabelecer o processo natural de desenvolvimento biopsicossocial das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, que a equipe de assistência se determine a realizar um diagnóstico multidisciplinar, estudos e pesquisas constantes, favorecendo assim a definição de estratégias mais eficientes de proteção e prevenção.

A intervenção interdisciplinar no tratamento da violência e do abuso sexual passa por inúmeras questões envolvendo tanto os profissionais como as instituições. Furniss (1993) aborda com muita clareza o que ele chama de processos de espelhamento e identificação que a rede de profissionais trava com os aspectos psicológicos da vida das vítimas e de suas famílias e as conseqüências para o tratamento. Esta capacidade de identificar os conflitos nas redes profissionais, em relação às famílias atingidas pelo fenômeno da violência, bem como a capacidade de resolução entre os profissionais, transformam uma situação potencialmente destrutiva num processo interdisciplinar altamente criativo e unificador, facilitando a mudança na realidade vivida pelas famílias vitimizadas, ajudando-as em sua recuperação.

Na equipe interdisciplinar, os profissionais envolvidos almejam dentro das suas atribuições, no seu campo de atuação, buscar as estratégias eficientes para o desenvolvimento de seu trabalho. Assim, no próximo item, observa-se a atuação interventiva do Assistente Social.

2.3.2 A intervenção do Serviço Social

O desenvolvimento do trabalho no Projeto Clarear Sentinela inclui reuniões semanais para Estudo de Caso, nas quais os técnicos se reúnem para avaliar o andamento dos atendimentos. Nestas reuniões também buscam analisar os acompanhamentos que estão sendo dados aos usuários e as intervenções necessárias a cada caso. Através do Estudo Social o profissional do Serviço Social obtém elementos que lhe darão alternativas de atendimento, pois lhe permite conhecer as diversas situações vividas pelos usuários.

O Estudo Social, então:

É um processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional – especialmente nos seus aspectos socioeconômicos e culturais. Tem sido utilizado nas mais diversas áreas da intervenção do Serviço Social, sendo instrumento fundamental no trabalho do Assistente Social. (FÁVERO, 2003, p.42).

Com o Estudo Social é possível estabelecer parâmetros para se fazer uma triagem, já que a demanda é superior à capacidade de atendimento do Projeto, e também vai permitir que se priorize o atendimento aos casos mais graves. Os usuários recebem atendimento dos profissionais do Serviço Social, da Psicologia e da Pedagogia que juntos na realização de estudo de casos, avaliam o andamento da dinâmica familiar e os encaminhamentos necessários, para cada caso.

também para todos os envolvidos nos atendimentos uma visão mais completa de todos os procedimentos que estão sendo realizados.

O Assistente Social tem também na organização de documentos e prontuários, bem como na elaboração de relatórios estatísticos de âmbito federal, estadual e municipal, uma possibilidade de avaliação de todos os seus procedimentos e técnicas de atendimento aos usuários.

As estratégias de acolhimento, atendimento e acompanhamento que são dadas pelo Projeto Clarear Sentinela buscam ampliar o conhecimento sobre o contexto familiar, fornecendo as redes de apoio às famílias vitimizadas, visando com isso a melhoria das relações e da dinâmica familiar.

Como já mencionado a maioria dos encaminhamentos é feita pelo Conselho Tutelar do município e ao fazer o acolhimento já se marcam os procedimentos para o atendimento e acompanhamento da vítima e de seus familiares e quando possível, do agressor. O usuário então é notificado pelo Conselho Tutelar para que assuma o compromisso de comparecer a todos os atendimentos que forem necessários, com a equipe multidisciplinar responsável pelo Projeto Clarear Sentinela.

O acompanhamento destes técnicos se dá então pelo tempo que for necessário, para que haja uma reintegração das vítimas a sociedade e ao seu meio familiar. Quando não há colaboração por parte das famílias o Conselho Tutelar e o Juizado da Infância e da Adolescência são acionados para que tomem as decisões que permitam garantir os direitos de proteção e atendimento às vítimas de violência sexual.

Almejando envolver todos os segmentos da sociedade, dentro do bairro Frei Damião, iniciou-se, quando do estágio no Projeto Clarear Sentinela, o Projeto de Intervenção, para buscar

Outros instrumentais são utilizados pelo Serviço Social para alcançar os objetivos nos atendimentos aos usuários e que permitem uma melhor avaliação do andamento destes atendimentos.

O primeiro contato feito com as vítimas e suas famílias é realizado através das entrevistas de acolhimento, que buscam neste primeiro contato iniciar um vínculo que possa proporcionar ao usuário a confiança na ajuda proposta pelo Projeto Clarear Sentinela.

As visitas domiciliares, quando possível, são feitas pelos três técnicos. Neste sentido a visita domiciliar é um instrumental técnico operativo que se caracteriza pela ampla possibilidade que dá aos profissionais através das entrevistas coletivas ou individuais e com a observação que se faz da residência e do bairro em que vivem os usuários, buscando aspectos do cotidiano destas pessoas, que muitas vezes não se evidenciam nas entrevistas institucionais. Ainda ajudam no conhecimento da dinâmica familiar, pois permitem um acompanhamento às vítimas e às suas famílias, fazendo o registro da evolução dos casos.

A busca de parceiros para o atendimento individual dos usuários do Projeto faz das visitas às escolas da rede municipal e estadual um chamamento para colaboração no acompanhamento e atendimento às vítimas. Quando necessário os profissionais buscam os projetos de jornada ampliada que algumas escolas oferecem, visando ocupar de maneira construtiva e educativa o tempo disponível das vítimas.

Uma das alternativas que o projeto Clarear Sentinela tem é o abrigamento das crianças e adolescentes vitimizados, nas “Casas Lares” existentes no Município, uma masculina e outra feminina, nas quais se busca através de entrevistas de ajuda, criar vínculos que possam trazer melhores resultados no atendimento aos usuários.

As reuniões realizadas com representantes do Conselho Tutelar e Conselho de Direitos objetivando buscar soluções mais rápidas para as necessidades dos usuários trazem

através das entidades e lideranças comunitárias existentes no referido bairro, a formação de uma rede de proteção às vítimas de violência e abuso sexual, tema que será abordado no próximo capítulo

CAPÍTULO III: A PARCERIA DA COMUNIDADE COM O PROJETO CLAREAR SENTINELA NA PROTEÇÃO E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL.

3.1 A perspectiva da organização comunitária

A intensa migração, da população rural para a área urbana, formou no município de Palhoça grandes bolsões de pobreza, que veio trazer muitas situações de violência nas diversas comunidades formadas nos bairros de periferia.

A violência contra crianças e adolescentes constitui-se em um fenômeno complexo, cuja compreensão deve ser situada nos contextos histórico, econômico, político e social que configuram a estrutura da sociedade brasileira, estabelecendo seus valores e suas relações de gênero, de raça e de valor.

Estes bolsões de pobreza trazem em seu bojo, também a violência sexual, além das violências domésticas, que foi objeto de estudo, no estágio obrigatório desenvolvido pela autora deste trabalho.

Através dos atendimentos realizados pelo Projeto Clarear Sentinela, foi feito um levantamento estatístico¹⁰ no município, estabelecendo assim os bairros com maior incidência de abuso sexual infanto-juvenil.(ANEXO A)

¹⁰ Fonte: dados coletados pelo técnico Nelson Murilo Padilha, pedagogo do Projeto Clarear Sentinela, através de pesquisa documental, feita em novembro de 2003 (vide anexo). Prefeitura Municipal de Palhoça.

Baseado neste levantamento se iniciou a implantação do Projeto de Intervenção intitulado **“O Protagonismo Comunitário no Combate e Prevenção à Violência Sexual Infanto-Juvenil”**.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - preconiza que, por parte do Estado deve acontecer ações efetivas e articuladas nos diferentes níveis da esfera pública, que venham garantir às crianças e aos adolescentes o direito à liberdade, à dignidade e ao respeito, enfim que sejam tratados como cidadãos.

Daí a necessidade de se buscar, através dos próprios recursos comunitários, ações que possam mudar esta realidade, trazendo de volta a dignidade das crianças e adolescentes que sofreram violência sexual, bem como a tranquilidade e respeito às famílias atingidas. A cooperação das escolas, entidades, associações e igrejas será de vital importância para que se atinjam os objetivos do Projeto Clarear Sentinela. A necessidade de se trabalhar em redes nos fez buscar um maior entendimento destes trabalhos que podem ser desenvolvidos através de instituições e associações comunitárias.

O resgate das possibilidades que são apresentadas pelos recursos comunitários para que haja uma organização popular efetiva através das associações comunitárias é o que será tratado a seguir.

3.1.1 As organizações comunitárias: breve histórico

O exercício pleno da cidadania implica em marcar presença na sociedade política e na sociedade civil. Significa conhecer e garantir direitos, cumprir com as deveres sociais e se necessário buscar a conquista de novos direitos. Mas para isto, para viver esta cidadania plena é

preciso que se reconheça no outro, a sua cidadania. A justiça social pode e deve ser buscada por todos através da participação efetiva das pessoas na esfera pública.

Uma das formas é por meio das associações comunitárias que podem possibilitar a participação do cidadão nas questões de interesse público e coletivo que vão além dos interesses particularizados de cada um. Esta participação se dá então através do comprometimento dos diversos atores sociais da comunidade, que juntos e organizados atuam em torno de propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução ou demandas comunitárias, entre outros.

Dessa forma, por intermédio desta participação popular, os sujeitos coletivos poderão começar a destruir as tradicionais estruturas de dominação com seus respectivos modelos de desenvolvimento, de exclusão social, de discriminação sociocultural buscando novos rumos de civilidade para a sociedade visando com isto uma sociedade mais humana, mais justa e fraterna para as gerações futuras.

A sociedade civil vem ampliando a sua presença na esfera pública na medida em que se estabelecem variadas formas de redes de solidariedade e de redes estratégicas entre os atores e as organizações de luta cidadãs em torno das diversas necessidades, tais como a luta pela terra e pela moradia, a economia solidária, o combate ao trabalho infantil, lutas pela paz e pelo desarmamento etc. Sendo assim, os movimentos sociais, através de instituições e associações difundem-se por meio de redes de vários tipos.

A noção de redes aparece com muita frequência nos estudos sobre a sociedade contemporânea. Pode-se citar alguns autores que trarão as razões da presença de redes nas relações comunitárias.

As redes são estruturantes da sociedade contemporânea globalizada. A sociedade das redes é uma forma específica de estrutura social, que pode ser identificada pela pesquisa empírica como característica da era da informação. Assim como a sociedade industrial caracterizou a estrutura social de capitalismo e estatismo no século XX, as redes seriam figuras chave da morfologia social, permeando os níveis culturais e institucionais da maioria das sociedades atuais. (CASTELLS, 2001, p.5).

A análise das redes é uma metodologia adequada para investigar e pensar a complexidade da sociedade contemporânea. Seguindo essa concepção vários autores a têm empregado nos estudos sobre os movimentos sociais. As redes referem-se a um tipo de relações e articulações sociais que sempre existiram, mas que na sociedade globalizada e da informação assumem características específicas e relevantes que merecem uma atenção especial das ciências sociais.

As redes sociais, que se constroem a partir das tradicionais redes primárias, tais como: famílias, círculos de amizade, comunidades, grupos identitários locais etc, são fruto da vivência dos atores sociais destas redes comunitárias, que buscam a mudança social.

É, então, por meio de relações e articulações que se desenvolvem as redes de solidariedade e de estratégias que possam levar as transformações necessárias para a construção de uma sociedade justa e igualitária. As associações constituem elemento fundamental da sociedade civil, dando-lhes base institucional, que aqui não é visto como algo fechado, mas sim como processo que vem instituir novos tipos de relações sociais, buscando novas alternativas de ação coletiva para atender as aspirações dos segmentos sociais a elas vinculados.

As mudanças sociais e culturais levam a considerar as associações não apenas como instituições particulares ou privadas, mas como redes de engajamento que venham a produzir e reforçar valores comunitários, assim como laços de confiança que são tão necessários à convivência humana.

3.1.2 O Bairro Frei Damião: contextualização histórica ¹¹

A comunidade do Bairro Frei Damião, existente desde 1986, localiza-se próximo ao Bairro Brejarú, no município de Palhoça, em área de entorno da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Campus Pedra Branca, com aproximadamente mil unidades familiares que apresentam características sócio-econômicas de vulnerabilidade social.

A comunidade foi agregada ao município de Palhoça em 2000 e pertencia anteriormente ao município de São José, processo que ocorreu mediante lei estadual, tratando-se de um terreno da Cohab/SC. Como característica marcante, destaca-se na comunidade, o baixo índice de desenvolvimento sócio econômico, com sérios problemas relacionados à ocupação desordenada e à falta de ocupação profissional.

Constata-se a presença tímida do poder público, cujo acesso aos serviços de energia elétrica e da rede de água é em grande parte clandestina. O acesso à educação pública é restrito, já que a escola municipal não oferece vagas suficientes à população em idade escolar, pois hoje aproximadamente 3.000 famílias residem no referido bairro. Pela distância dos serviços de saúde pública da comunidade, estes acessos também são considerados precários pela população.

Em pesquisa realizada pelo ICESPE – Instituto Catarinense de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos, no interior da comunidade, que mostra como é alto o índice de violência, alcoolismo e tráfico de drogas. Segundo informações da Diretoria de Desenvolvimento Social e Comunitário da Prefeitura Municipal de Palhoça é desta comunidade o maior índice de atos

¹¹ Fonte: Perfil sócio econômico de uma população de baixa renda – Bairro Frei Damião – Palhoça – ICESPE. In: PROJETO FREI DAMIÃO: Vida e cidadania. Coordenação executiva da Universidade do Sul de Santa Catarina. Coordenação política da Prefeitura Municipal de Palhoça. Parceria empresarial do Grupo Portobello. Fev, 2003.

infracionais praticados por adolescentes e a constante busca, por parte das famílias ali instaladas, dos recursos provenientes da política de assistência social.

A pobreza não é o determinante da violência, mas em seu meio existe um processo de acúmulo de fragilização social que condiciona a trajetória de grande número de crianças e adolescentes que não tem comida, casa, proteção, escola, com acentuada relação intrafamiliar violenta, muitas vezes facilitadas pelo alcoolismo e pela drogadição, como também pela promiscuidade e pelo desemprego.

A pesquisa do ICESPE¹² (2003, p.15/16) aponta:

a) a ocupação na comunidade encontra-se assim distribuída: 20% dos habitantes são provenientes do município de Palhoça; 24% do município de Florianópolis; 11% do município de São José; 11% de outros estados; 28% de outras regiões do Estado e 1% de outro país;

b) a faixa etária predominante é de 5% dos habitantes com idade inferior a 40 anos; 41,5% são crianças e adolescentes e 0,4% apresentam idade superior a 65 anos.

c) sobre a renda familiar, a pesquisa aponta cerca de um salário mínimo e meio por unidade familiar. Predomina o número de quatro membros por unidade familiar. O percentual de desempregados é de 19% da população economicamente ativa e apenas 30% da população se identifica profissionalmente. As profissões mais citadas vinculam-se à construção civil e aos trabalhos domésticos;

d) quanto à escolaridade, 64% possui o 1º grau incompleto, outros 7,23% da população acima de 15 anos, nunca freqüentou a escola, constituindo este o percentual de

¹² Fonte: Perfil sócio econômico de uma população de baixa renda – Bairro Frei Damião – Palhoça – ICESPE. In: PROJETO FREI DAMIÃO: Vida e cidadania. Coordenação executiva da Universidade do Sul de Santa Catarina. Coordenação política da Prefeitura Municipal de Palhoça. Parceria empresarial do Grupo Portobello. Fev, 2003.

analfabetos da comunidade. Das crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos, 14,2% encontram-se fora da escola; dos jovens entre 15 e 20 anos; 85,8% não freqüentam escola.

Tal cenário trouxe então a preocupação dos técnicos do Projeto Sentinela na busca das estatísticas sobre a incidência da violência sexual infanto-juvenil na referida comunidade¹³

Dando início a implantação do Projeto de Intervenção, valendo-se então destas estatísticas, o bairro Frei Damião foi eleito para dar início às pesquisas relativas aos recursos comunitários, que o referido bairro podia apresentar.

Apresentou-se uma proposta de intervenção visando a proteção do grande número de famílias atingidas pela violência sexual que afeta as suas crianças e adolescentes. Em seguida procurou-se fazer os contatos para identificar as lideranças que pudessem ajudar na implantação deste projeto.

3.1.3 Entidades e lideranças comunitárias: reconhecimento

Em pesquisa feita pela Prefeitura Municipal de Palhoça, no Projeto Clarear Sentinela, foram selecionadas as instituições e associações existentes no Bairro Frei Damião, (ANEXO B) para buscar um contato com os seus legítimos representantes. De posse desta listagem, com os nomes, endereços e responsáveis pelas instituições, começou-se então este reconhecimento.

Os primeiros contatos foram com a presidente da Associação de Moradores do Bairro Frei Damião e com a coordenadora do Projeto Brejarú, no bairro de mesmo nome, que faz atendimento às crianças do Frei Damião, pois é o bairro que faz divisa geográfica com o mesmo.

¹³ Fonte: Prefeitura Municipal de Palhoça – Projeto Clarear Sentinela: pesquisa documental. Vide ANEXO B.

Houve por parte destas lideranças uma grande receptividade em relação ao projeto, já que entenderam que a participação comunitária é de imenso valor para a prevenção da violência sexual.

Assim as redes primárias, particularmente as famílias e as associações comunitárias, são recolocadas em cena, agora vinculadas aos apelos sociais que demandam da comunidade. A intenção é de que sejam vistas como agentes de transformação nos ambientes em que vivem. Através deste envolvimento serão criados os vínculos necessários para que haja uma participação efetiva das entidades e lideranças comunitárias no projeto.

O perfil populacional do bairro Frei Damião indica claramente que existe uma quantidade muito grande de necessidades a serem atendidas e a clara redução de recursos que são destinados às políticas sociais. A cada dia que passa depara-se com um maior número de pessoas que não conseguem gerir a sua própria vida e que se encontram muito longe de ter os seus direitos sociais assegurados, resultando com isso no aumento das demandas, aos serviços que são oferecidos.

Aparecem então as diversificações e os limites institucionais para atender determinadas demandas, pois nem todas podem ser atendidas dentro de um contexto institucionalizado. Há que se levar em consideração que as situações vividas pelas vítimas de violência sexual mostram as situações de negligência em que se encontram, e por isso necessitam de um contexto afetivo diferente, em que possam alicerçar as suas vidas. A institucionalização já mostrou que não é o melhor caminho para esta reconstrução, já que os laços afetivos e os vínculos criados nestas instituições não são suficientes para desenvolver este trabalho. Não é por acaso que o Estatuto da Criança e do Adolescente, reconhece o direito de convivência familiar e comunitária à todas as crianças e adolescentes.

O atendimento e acompanhamento que se dá às vítimas de violência sexual, também precisa ser estendido às suas famílias já que indiretamente elas também são atingidas. Estas por estarem expostas a situações estressantes tendem a necessitar também da proteção e do suporte dos serviços. Por isso a necessidade de se pensar não só na assistência que é dispensada às vítimas e às suas famílias, mas também buscar a prevenção destas situações e o desaparecimento dos problemas que são trazidos pelo fenômeno.

As questões que se apresentam mostram uma grande redução do papel do Estado e uma conseqüente delegação de responsabilidades à sociedade civil, o que tem colocado em cena a importância da participação comunitária nas redes que buscam esta proteção e prevenção. É sobre estas redes que o item seguinte trata.

3.2 A comunidade como rede de proteção e prevenção

Levando-se em consideração, o alcance que se pretende dar às ações do Projeto Clarear Sentinela faz-se necessário ampliar as bases, que possam dar uma maior sustentação aos seus objetivos. Por isto acredita-se que, através de um comprometimento das lideranças e das instituições comunitárias na formação de redes de proteção que se articulem para combater a violência sexual, poderá ser diminuída a incidência do fenômeno no município.

Através das visitas domiciliares que foram feitas desde o início do estágio, pode-se constatar a grande fragilidade vivida pelas famílias no que se refere aos cuidados com seus membros que foram abusados sexualmente. A grande maioria das famílias não tem uma estrutura que lhes permita o acompanhamento contínuo às suas vítimas.

As necessidades sócio-econômicas pelas quais passam as famílias, obrigam a maioria dos membros da família, especialmente as mães, a viver a maior parte do tempo fora de suas

casas, em seus locais de trabalho, o que deixa, na maioria dos casos, as vítimas a mercê de seus abusadores. Devido a isso surge a necessidade de se buscar parcerias com escolas, instituições e lideranças comunitárias, juntamente com o poder público, através do Projeto Clarear Sentinela.

Desta maneira, o Projeto de Intervenção visa à proteção e prevenção a violência sexual contra crianças e adolescentes de forma eficaz, fazendo diminuir as possibilidades de que elas venham a se instalar em outros lares, atingindo um número cada vez maior de vítimas. Crianças e adolescentes que no futuro não terão condições de buscar um lugar na sociedade como cidadãos dignos e respeitados, já que estarão carregando estigmas da violência.

As parcerias pretendidas então devem levar a um desaparecimento gradativo dos casos que são atendidos, face às ações preventivas e pela conscientização sobre a necessidade de se fazer da denúncia uma arma contra os casos de violência e abuso sexual.

Pode-se identificar através das visitas domiciliares, a importância da proteção que se precisa dar às vítimas da violência sexual, bem como às suas famílias. Acredita-se que esta parceria da instituição com a comunidade se constitui num grande estímulo para os profissionais envolvidos, pois os projetos necessários para a busca destas redes de proteção às famílias vitimizadas serão desenvolvidos com as lideranças comunitárias.

3.2.1 O planejamento da intervenção: conhecendo a realidade

Ao iniciar o Estágio no Projeto Clarear Sentinela, recebemos os prontuários de todos os atendimentos que estavam sendo feitos pela equipe de profissionais, para que se conhecesse a realidade vivida pelo município em relação à violência e ao abuso sexual. Com a participação nas reuniões para Estudos de Casos, percebemos a fragilidade das famílias atingidas pelo fenômeno, no que concerne aos cuidados que precisam ser dispensados às vítimas.

Nas visitas domiciliares realizadas, observou-se a realidade vivida pela maioria das mães, que sempre verbalizaram a sua preocupação pelo fato de necessitarem deixar as crianças sozinhas em casa, em virtude da necessidade de saírem para o trabalho.

Esta constatação então levou a realizar um projeto de intervenção que pudesse buscar a parceria da instituição com a comunidade para que estas crianças pudessem receber estes cuidados através de uma rede de proteção formada pelas lideranças comunitárias. Foi necessário então saber por onde se poderia começar este trabalho.

Através de pesquisa feita pela equipe de técnicos do “Projeto Clarear Sentinela” da Prefeitura de Palhoça, os bairros Frei Damião, Caminho Novo, Brejarú, Ponte do Imaruim e Rio Grande são os que têm maior incidência de violência sexual no município. Como o Bairro Frei Damião é considerado o bairro de maior incidência de violência do Estado de Santa Catarina, o mesmo foi eleito para iniciar a implantação deste projeto.

O objetivo estabelecido para a implantação do projeto foi obter dados sobre os espaços de atendimento, assim como das possíveis lideranças com as quais o Projeto Clarear Sentinela pudesse articular-se, visando o planejamento e a execução de ações preventivas de proteção, combate e atendimento a violência sexual, nos bairros mais atingidos por este tipo de violência no município de Palhoça, e para isto foi escolhido o bairro Frei Damião.

Visando buscar ações que tragam especialmente a proteção e a prevenção à violência sexual e usando da classificação dada por Faleiros (1998, p.14) para “prevenção”, o que se pretende atingir com o Projeto é:

A prevenção primária, secundária e terciária são imprescindíveis, necessitando ser consideradas de acordo com o paradigma de redes. A prevenção primária está ligada ao impedimento de um determinado ato, e passa pela informação e fortalecimento dos sujeitos em situação de vulnerabilidade e atuação e junto aos abusadores pela responsabilização e terapia. A prevenção secundária, na ótica de redes, implica a atuação junto à família, profissionais, instituições como escolas e hospitais para mudar relações de poder no desmonte da violência. A formação de equipes, a discussão de situações e a articulação de

organizações, fazem parte deste processo. A prevenção terciária, implica a articulação de redes de influencia estratégica na sociedade como grandes empresas, sindicatos, agencias governamentais, etc.

Os objetivos específicos para este trabalho junto à comunidade foram: mapear as parcerias já existentes entre a instituição e a comunidade; levantar as novas parcerias possíveis; registrar e qualificar os serviços já oferecidos; estudar e analisar a performance de cada um dos estudados; confrontar os números totais dos usuários já atendidos e de pessoas a serem atendidas pelo projeto; apresentar aos possíveis parceiros os serviços oferecidos pelo Projeto Clarear Sentinela; propor seminários voltados à integração do projeto e seus parceiros, visando a ampliação da proteção e da prevenção ao abuso sexual de crianças e adolescentes.

Dando início, fez-se o levantamento de todas as entidades e associações existentes no bairro Frei Damião, dados já existentes no Projeto Clarear Sentinela e fornecidos pela Prefeitura Municipal de Palhoça. A Assistente Social, coordenadora dos Programas Sociais, estabeleceu um contato com a presidente da Associação Comunitária do Bairro Frei Damião, marcando uma reunião nas dependências do projeto.

Neste primeiro encontro fez-se um reconhecimento desta liderança comunitária procurando criar vínculos que pudessem estabelecer aproximação da comunidade através dos seus relatos sobre a realidade vivenciada no bairro.

Outros contatos foram mantidos com esta liderança, o que proporcionou um conhecimento das situações de vulnerabilidade dos moradores do bairro. A imensa pobreza em que vivem as pessoas que lá residem, aliada as faltas de infra-estrutura que possa trazer uma vida digna àquela população, faz do bairro Frei Damião um local de grandes necessidades no campo social. A falta de oportunidades de trabalho, de moradia, de escolas, de lazer, de assistência à

saúde, trazem ao bairro um grande contingente de desempregados, que por não ter o que fazer, acabam por ser aliciados pelo tráfico de drogas, causando ainda mais violência entre a população.

Os contatos feitos com a população usuária dos serviços municipais mostrou que existe um desconhecimento dos serviços que são oferecidos tanto pela instituição quanto por outras organizações existentes no bairro. Os serviços existentes na área da saúde, educação, assistência social e justiça, fazem o trabalho, cada um por sua conta, procurando atingir a sua área específica e buscando ali os seus resultados. Isto mostrou o quanto esta população está esquecida pelo poder público, no que se refere aos acessos às políticas públicas que podem levar crianças e adolescentes a usufruir a proteção integral, que o ECA assegura. A razão maior disto, segundo a própria população, é a fama de violência que existe no bairro e que causa o afastamento das pessoas que poderiam estar atuando naquela comunidade.

A grande demanda existente, a falta de recursos humanos, financeiros, materiais e a falta de infra-estrutura indispensável, como espaços privativos adequados para entrevistas, carros para as visitas domiciliares e/ou institucionais, computadores, telefone direto para o projeto e outros, também são fatores complicadores para um atendimento efetivo.

A precariedade dos serviços oferecidos pelo poder público para a população do bairro Frei Damião e a falta de articulação entre as instituições existentes fazem com que a violência venha a se repetir revitimizando os envolvidos na situação, ou seja, as vítimas, a família e os próprios abusadores.

Um dos aspectos relevantes a serem considerados e que acabam sendo “fatores complicadores” na opinião de Faleiros (2001), é a naturalização da violência, especialmente causada pela falta de informação e do exercício dos direitos, o que traz como consequência a banalização desta violência que passa a ser desconsiderada, como sendo um crime contra os direitos da criança e do adolescente. As famílias das vítimas acabam por fazer um pacto de

silêncio, não notificando a violência sofrida por sentirem-se envergonhados e constrangidos com a situação. Outro aspecto evidenciado por Faleiros (2001) é a grande demanda existente nas instituições e a falta de recursos financeiros e de infra-estrutura para atendê-las.

Esta limitação na busca dos resultados faz com que as situações vividas pelas famílias atingidas acabem ficando apenas no atendimento emergencial, trazendo uma volta à normalidade na vida destas famílias, que acabam absorvendo a violência sofrida e muitas vezes negando que ela tenha ocorrido. As próprias medidas de proteção que são aplicadas, como a detenção do abusador, o atendimento psicoterápico às vítimas ou o afastamento da vítima do convívio com o abusador, estão muito aquém do que precisa ser feito para acabar ou minimizar este tipo de violência, que é o abuso sexual.

3.2.2 A superação dos obstáculos: reconstruindo a realidade

A complexidade do fenômeno da violência sexual exige daqueles que estão no seu enfrentamento, ações que visem a organização e a articulação dos diversos segmentos da sociedade civil e política.

As providências que estão sendo tomadas para resolver estas situações de violência não tem atingido os objetivos já que são fragmentadas, emergenciais e pontuais, pois tem buscado o atendimento das vítimas sem que se tome providências com relação às situações em que ocorre o fenômeno e sem buscar um atendimento aos atores sociais envolvidos.

É necessário então a busca de outros caminhos e de ações que venham a suprir as falhas existentes nos serviços oferecidos, para que se possa construir uma nova realidade para a população deste bairro, principalmente no que tange a violência sexual. Não se pode deixar de registrar que esta busca de redes de atendimento perpassa por todas as situações de

vulnerabilidade da comunidade, não somente com relação à violência, mas também com relação à educação, saúde, moradia etc, pois estas necessidades estão sempre interligadas.

Não se pode deixar de citar que algumas ações estão sendo desenvolvidas para que estas situações de violência possam ser mudadas, trazendo assim uma nova realidade àqueles que sofrem com este fenômeno. Uma delas é o bom desempenho dos meios de comunicação, como rádios, jornais e televisão, na informação e na denúncia da prática da violência física e sexual. Acabar com o medo e a vergonha das vítimas e das famílias que sofrem estes tipos de violências pode trazer muitas contribuições no sentido de acabar com preconceitos e com a ocultação destes problemas.

Outro grande fator facilitador de resolubilidade contra a violência e o abuso sexual são as campanhas realizadas para estimular a denúncia dos casos, através de diversos meios, o que tem resultado num maior número de notificações o que vem a dar uma maior visibilidade ao fenômeno.

Porém muito ainda precisa ser feito, como por exemplo, a ampliação das equipes multidisciplinares para que façam o atendimento e o acompanhamento das vítimas e de suas famílias devido a grande complexidade que envolve estas situações. Existe a necessidade de se unirem as forças já existentes nos diversos segmentos institucionais que são envolvidos pelo fenômeno, para que as soluções possam ser buscadas de forma a atingir o objetivo de proteção integral, preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para que esta realidade de violência possa ser mudada é também necessário que as providências jurídicas se agilizem de forma a não deixar que a morosidade dos processos levem à falta de solução para estes encaminhamentos.

A comunidade em geral acaba se acomodando com as situações de violência por elas vividas, especialmente aquelas pessoas que estão excluídas pela sua situação econômica e social,

e não lutam por uma mudança social que possa levá-los a outro patamar social. É preciso então que sejam conscientizadas e levadas a buscar os direitos que todos tem de uma vida digna.

Esta conscientização passa pela criação de redes de atendimento, proteção e prevenção que possam garantir a todos, estes direitos e que possam transformar as realidades de injustiça e opressão que são vividas pelas famílias vitimizadas. A articulação destas redes deve trazer para o atendimento a troca de informações e a criação de vínculos que possam fazer com que o usuário receba a atenção e o acompanhamento de que necessita.

Foi sentindo a necessidade de se buscar esta parceria junto à comunidade, mais especificamente junto às lideranças comunitárias do bairro Frei Damião, que se iniciou a implantação do Projeto de Intervenção, desenvolvendo algumas das estratégias de ação propostas, como levantamentos de entidades e associações existentes no bairro, contatos com lideranças comunitárias, reuniões e visitas domiciliares, palestras em escolas e organizações não governamentais (ONGs) e participação em eventos de conscientização da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se acreditar que é possível um comprometimento maior das lideranças e das instituições comunitárias, na formação de redes de proteção que se articulem para combater a violência sexual é que se fez um projeto de intervenção que pudesse ser implantado através do Projeto Clarear Sentinela, no bairro Frei Damião no município de Palhoça.

Como houve por parte das lideranças contatadas, uma grande receptividade em relação ao projeto, entendeu-se que a participação comunitária é de imenso valor, pois elas podem ser colaboradoras e facilitadoras da intervenção.

No dia 29 de abril de 2004, quando da realização do “Fórum Contra a Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil” promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, que reuniu treze municípios do Estado, no município de Biguaçu, a autora deste estudo apresentou o Projeto de Intervenção **“O Protagonismo Comunitário na Proteção e Prevenção da Violência Sexual Infanto-Juvenil”** com o intuito de mostrar que a busca desta participação comunitária em parceria com as instituições públicas e privadas podem ser de grande valia para que os direitos de proteção integral de crianças e adolescentes sejam respeitados.

Este trabalho de conclusão de curso tem então a intenção de trazer para a discussão os mecanismos que são utilizados para fazer frente às situações relacionadas à violência sexual infanto-juvenil. As políticas de enfrentamento à violência sexual ainda não estão totalmente inseridas na agenda pública, para que possam surgir programas articulados e integrados às outras políticas voltadas para a criança e o adolescente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente surgiu como um importante instrumento legal para trazer para a sociedade a conscientização dos direitos da criança e do adolescente bem

como os seus deveres, para a convivência social e o usufruto de sua proteção integral, direitos estes que devem ser assegurados pelo Estado e também pelos atores sociais que convivem entre si.

As organizações podem participar dos serviços prestados se articulando como canais de denúncias, em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, desenvolvendo um trabalho educacional da própria sociedade na informação e prevenção da violência sexual. O apoio e a realização de pesquisas sobre as incidências e as particularidades da questão são indispensáveis para aumentar o conhecimento sobre esta temática.

A cultura machista ainda vigente entre as famílias, traz também para discussão este modelo familiar onde o autoritarismo e a dominação são apontados como fatores que dificultam uma educação que permita às crianças e adolescentes a conscientização de seus direitos assegurados pelas leis vigentes no país, especialmente aquelas contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

As instituições de atendimento já existentes, pela falta de infra-estrutura, funcionam precariamente principalmente pela falta de recursos financeiros, materiais e humanos face a demanda que se apresenta, também estão longe de atender as necessidades dos usuários destes serviços.

É preciso então buscar parceiros que acreditem que podem dar a sua contribuição para que crianças e adolescentes vivam com dignidade, sendo respeitados e protegidos dentro das realidades em que vivem. E estes parceiros podem estar entre os líderes comunitários, pois na grande maioria das vezes são respeitados e atendidos nas suas solicitações junto à comunidade que representam. A representatividade que se espera de alguém que está a frente das

reivindicações de uma comunidade é então de grande valor para que se alcancem os objetivos de mudança social.

Deixam-se aqui registradas algumas sugestões ou propostas de ação para que se possa buscar uma efetiva participação comunitária no combate à violência sexual infanto-juvenil: fazer o levantamento dos dados existentes sobre a incidência da violência sexual, buscar dentre as comunidades, aquelas que tem o maior índice de violência sexual, buscar nas instituições (escolas, associações, igrejas etc.) as lideranças que possam ser repassadores dos objetivos do projeto que se quer implantar, capacitando-as para desenvolver o trabalho junto às suas comunidades; contatar as lideranças comunitárias para estabelecer as possíveis parcerias; visitas às instituições que já são parceiras, bem como a outras que possam vir a ser parceiras no projeto; através de reuniões, palestras e seminários, explicar os objetivos do projeto e capacitar as lideranças comunitárias, para integrar as ações das equipes com a comunidade.

Frente a estas propostas, o profissional do Serviço Social poderá auxiliar buscando atender e fazer os encaminhamentos da família e mobilizando recursos jurídicos e assistenciais, muito especialmente na área da saúde. Poderá manter constante comunicação com outras instituições que estiverem envolvidas no caso, para garantir a segurança da criança ou do adolescente, em suas necessidades básicas bem como no encaminhamento para os tratamentos necessários. O acompanhamento do processo jurídico também ajudará na resolução mais rápida das situações que estiverem sendo vivenciadas pelas vítimas e suas famílias.

Ao Serviço Social, cabe analisar os seguintes aspectos, que se consideram relevantes para o êxito do projeto: determinar no que a posição de classe do grupo familiar atingido e as suas relações e conflitos intrafamiliares, influenciaram no processo de violência que se instalou na família. O relacionamento e a forma de comunicação existente entre os membros da família, as

dificuldades encontradas na vida diária, o modelo educacional adotado pela família, são situações que devem ser analisadas pelo assistente social, através dos instrumentais teórico-metodológicos de que dispõe. A história de vida do agressor também deve ser considerada, pois através dela será possível estabelecer as razões do comportamento dos mesmos.

Por meio das redes de proteção que podem ser tecidas na comunidade, os profissionais do Serviço Social podem buscar nas escolas, nas igrejas, nas associações, enfim em todas as instituições existentes na comunidade o respaldo para os encaminhamentos e atendimentos dados às famílias vitimizadas, como também poderão transmitir a todos os adultos envolvidos, a percepção de que a criança e o adolescente são indivíduos com necessidades e desejos próprios e de que são sujeitos de direitos.

Em virtude destas considerações, procura-se deixar registrado neste trabalho de conclusão de curso, que a equipe multidisciplinar é fundamental para o enfrentamento da questão da violência sexual, devido a complexidade do assunto e que a família e a comunidade aparecem sempre como importantes atores que podem contribuir para que estas situações de violência e desrespeito aos direitos da criança e da adolescente possam ser minorados.

Sendo assim, este Projeto visa principalmente à prevenção que é uma proteção mais efetiva no combate a violência sexual contra crianças e adolescentes buscando evitar e diminuir as possibilidades de que ela venha a se instalar em outros lares, atingindo um número cada vez maior de vítimas.

Este projeto só terá êxito se puder contar com o engajamento de instituições públicas e privadas voltadas para um trabalho amplo de informação, visando um pleno acesso de todas as pessoas ao bem estar social e pessoal, e que estejam sensíveis a importância da grande tarefa que se tem em mãos.

Tornar pública a questão, denunciar que estes problemas existem nas cidades, panfletando, promovendo palestras, inserindo dados estatísticos e informações nos meios de comunicação, e até mesmo produzindo informativos, são algumas das atividades propostas para o desenvolvimento deste projeto. O referencial teórico que norteia qualquer tentativa neste sentido já existe e é de posse dos assistentes sociais, faltando, no entanto as condições materiais e de infra-estrutura para poder produzir os materiais necessários para a ação. E neste sentido também é possível buscar parcerias com a comunidade.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989.

BASTOS, Ângela. **Violência sexual deixa marca pelo resto da vida**. Diário Catarinense. Florianópolis, ano XIX, n. 6773, 30 out. 2004. Geral, p. 18.

BRASIL. **Código penal**. 5. ed. Porto Alegre: Verbo jurídico, 2004.

BRASIL. **Constituição** (1988). 5. ed. Porto Alegre: Verbo jurídico, 2004.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de jul. de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Senado Federal. Brasília: Centro gráfico do Senado Federal, 1991.

CASTELLS, Manuel. In Sorrentino, Marcos (org). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: Educ/FAPESP, 2001.

CÉCRIA, **Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes**. Apostila do Curso de Capacitação para Conselhos Tutelares e de Direitos de Santa Catarina.

CHAUI, Marilena de Souza. **Repressão sexual**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e psicologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Circuitos e curtos circuitos**. Cecria. Coleção Núcleos de pesquisa, v. 7. São Paulo: Veras, 2001.

_____. O papel do estado e da sociedade civil na questão da exploração sexual de crianças e adolescentes. In: **Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil. Brasília, 1998.**

_____. **A violência sexual contra crianças e adolescentes:** a construção de indicadores, a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. Disponível em: <<http://www.cecria.org.br>>. Acesso em: 21 nov. 2004.

FÁVERO, E.T. O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. In: **O Estudo Social em Perícias, laudos e pareceres técnicos.** Brasília: CFESS, 2003.

FURNISS, Tilmann. **Abuso sexual da criança:** uma abordagem multidisciplinar. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronesi. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GUERRA, V.N.A. **Violência de pais contra filhos:** a tragédia revisitada. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Norma operacional básica do Sistema Único de Saúde/NOB-SUS 96.** Brasília, 1997.

PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA E AO ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 1999.

PROGRAMA SENTINELA. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 1999.

PROJETO CLAREAR SENTINELA. Prefeitura Municipal de Palhoça. Disponível em: <http://www.palhoca.sc.gov.br/secretarias/saude_programas/programa_004.htm>. Acesso em: 21 nov. 2004.

PROJETO FREI DAMIÃO: **Vida e cidadania.** Coordenação executiva da Universidade do Sul de Santa Catarina. Coordenação política da Prefeitura Municipal de Palhoça. Parceria empresarial do Grupo Portobello. Fev, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovanni. **Violência de gênero:** poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e participação. In: SORRENTINO, M. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: Educ./Fapesp, 1999a.

_____. Ações coletivas na sociedade contemporânea e o paradigma das redes. **Revista Sociedade e Estado**. n. 8, jan/jul., p. 55-70, 1988b.

_____. Movimentos em cena... e as teorias por onde andam? In **Cidadania e Multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo**. Lisboa: Gráfica, 2000.

STOPPINO, M. Violência. In: BOBBIO; N., MATTEVCC; N., PASQUINO, G. **Dicionário de Política**, 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

ZAGURY, Tânia. **O adolescente por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

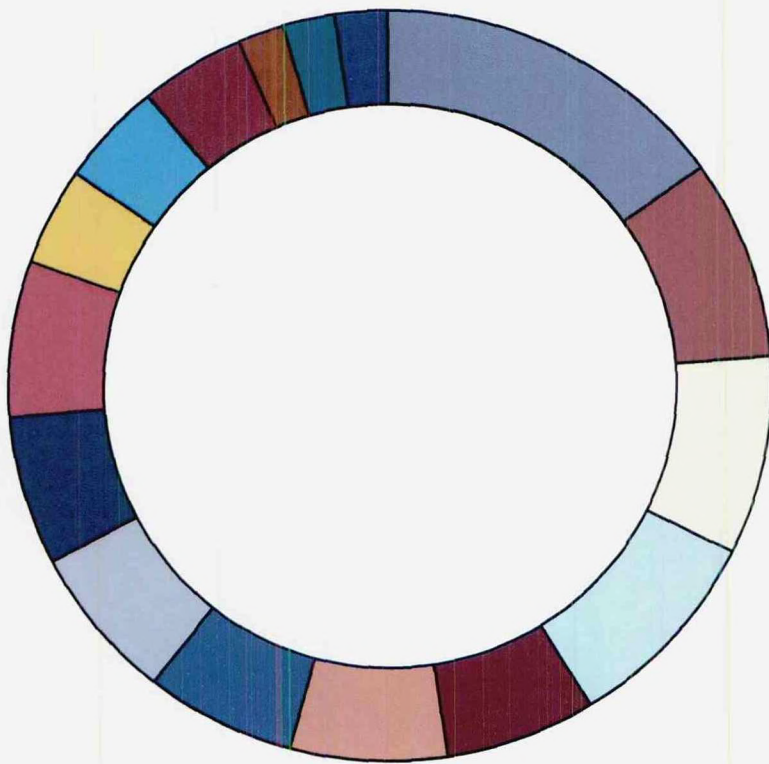
ANEXOS

ANEXO A

Mapeamento dos Casos de Abuso Sexual no Município de Palhoça

Fonte Prefeitura Municipal de Palhoça, disponível em:
<http://www.palhoça.sc.gov.br/secretarias/saúde_programas/programa_004.htm>

Mapeamento dos Casos de Abuso Sexual no Município de Palhoça



- Frei Damião
- Ponte de Imaruim
- Barra do Aririú
- Caminho Novo
- Guarda do Cubatão
- Enseada do Brito
- Rio Grande
- Praia de Fora
- Bela Vista
- Jardim Eldorado
- Aririú
- Passa Vinte
- São Sebastião
- Brejarú
- Centro
- Pachecos
- Jaqueira
- Vila Nova

ANEXO B

Entidades e Associações no Município de Palhoça

Bairros Brejarú e Frei Damião

Fonte: Projeto Clarear Sentinela, Prefeitura Municipal de Palhoça.
Pesquisa feita pelo Pedagogo Nelson Murilo Padilha em 2003

ENTIDADES E ASSOCIAÇÕES NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA

BAIRRO BREJARÚ E FREI DAMIÃO

Escolas estaduais

Escola de Ensino Fundamental Benonívio João Martins
Rua Monsenhor Roberto Moura s/n
Fone:242-0896

Escolas Municipais

Grupo Escolar Frei Damião
Bairro Brejarú

Entidades Conveniadas

Centro Educacional Criança Esperança
Rua Irmã Dulce, 27 Parque Residencial Coqueiros
Fone: 9960-7483

Centro Educacional Santa Terezinha do Menino Jesus
Rua José de Linhares, s/n – Brejarú II
Fone: 9960-7389

Conselho Comunitário Brejaruense
Conjunto Habitacional Domingos Tomás da Silveira
Fone 242-0066 242-1108

Associação Comunitária Cidade Pedra Branca
Rua das Palmeiras – Loteamento Frei Damião
Fone 9114-4759

Igrejas

Igreja Evangélica Assembléia de Deus
Fone: 242-2461

Igreja do Evangelho Quadrangular
Fone: 242-3847

Igreja Nossa Senhora do Rosário
Fone: 242-8044

Igreja Universal do Reino de Deus
Fone: 242-1400

Paróquia Evangélica de Confissão Luterana
Fone: 242-1478

Igreja Só o Senhor é Deus
Loteamento Frei Damião

Igreja Trombetas de São
Loteamento Frei Damião

Igreja Jesus é o Caminho
Loteamento Frei Damião

Legião da Boa Vontade
Loteamento Frei Damião